

## 6. O MURO DO APARTHEID

Em Junho de 2002 Israel iniciou a construção de uma «barreira de separação» entre o Estado de Israel e a Cisjordânia ocupada, alegando pretender impedir a entrada de palestinos não autorizados, por razões de segurança.

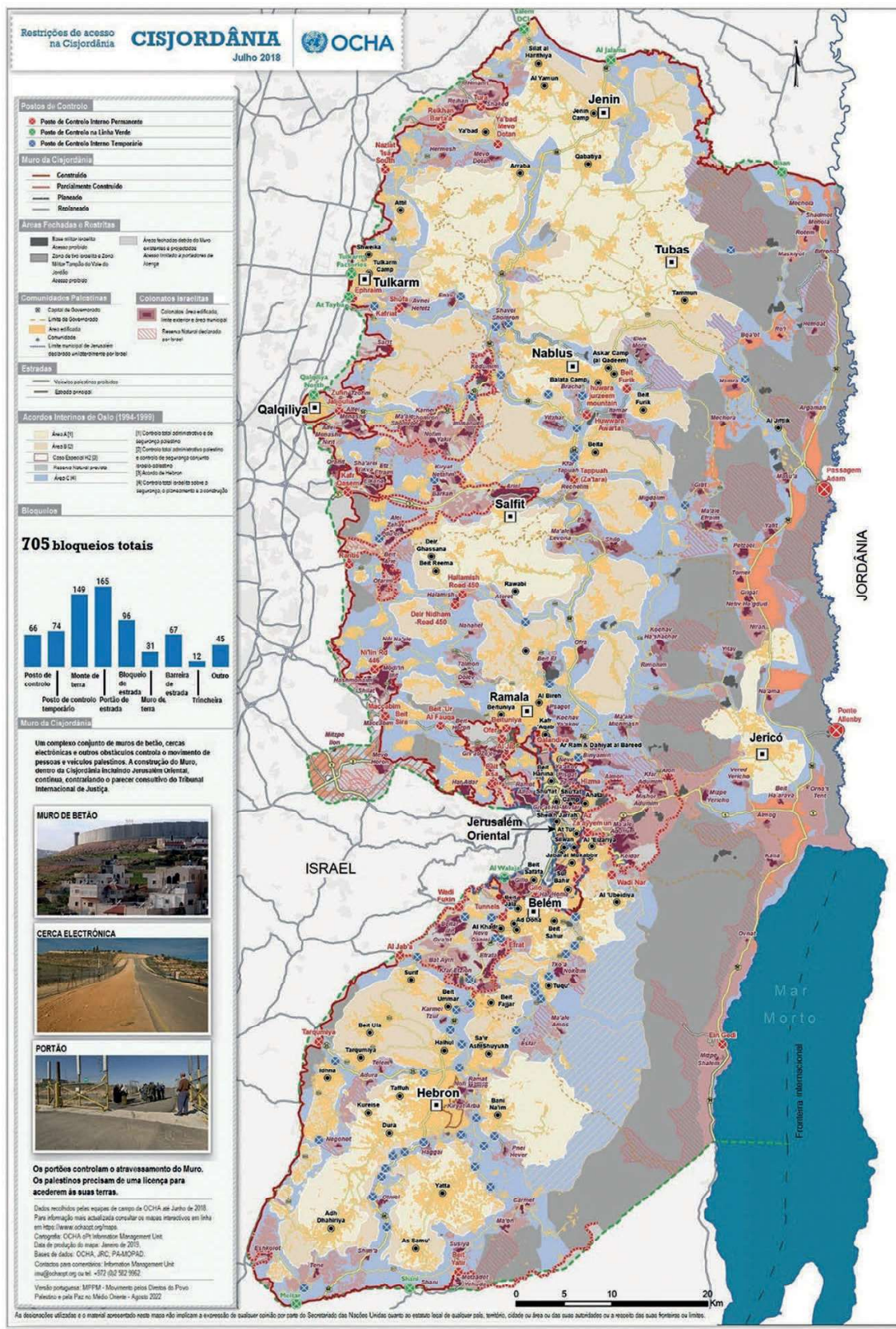
Mas a Linha Verde, definida no armistício de 1949, que delimita a fronteira entre o Estado de Israel e a Cisjordânia, tem 320 km de extensão, ao passo que o percurso da chamada «barreira de separação», construída ou planeada, tem uma extensão superior a 700 km!

Na realidade, só 15% do Muro correm sobre a Linha Verde ou em território do Estado de Israel. Os restantes 85% entram no território da Cisjordânia — em alguns locais até 20 km para leste da Linha Verde — para ligar os colonatos ilegais ao território de Israel.

Quando a construção estiver concluída, 10% do território actual da Cisjordânia terão sido anexados pelo Muro ao Estado de Israel. O objectivo da construção não é, portanto, a segurança do Estado de Israel mas sim a anexação de mais território palestino e o isolamento e marginalização de comunidades palestinas.

O Muro integra uma rede que inclui mais de 700 obstáculos que limitam a mobilidade e prejudicam dramaticamente a vida quotidiana dos Palestinos. O Muro restringe-lhes os movimentos, dificulta-lhes o acesso a serviços essenciais, rouba-lhes recursos e compromete a sua viabilidade económica. O Muro e as infra-estruturas associadas promovem a «guetização» da Cisjordânia, isolando populações e separando-as das suas terras.

O Muro separa cerca de 150 povoações palestinas das suas terras de cultivo. A maioria dos «portões agrícolas», que permitem o acesso dos agricultores às suas terras, só abre por poucas horas na época das colheitas e as licenças para os utilizar são difíceis de obter, impedindo o bom tratamento das culturas e facilitando a sua vandalização pelos colonos.



O Muro está construído, na maior parte da sua extensão, em território palestino ocupado. Para ligar a Israel os colonatos de Qadumim e Ariel, está planeada a construção de dois corredores que vão penetrar profundamente em território da Cisjordânia, isolando mais comunidades palestinas e dificultando a comunicação entre o Norte e o Centro. Na grande área metropolitana Ramala-Jerusalém-Belém, é notório o serpentear do Muro, anexando a Israel grandes extensões de território palestino.



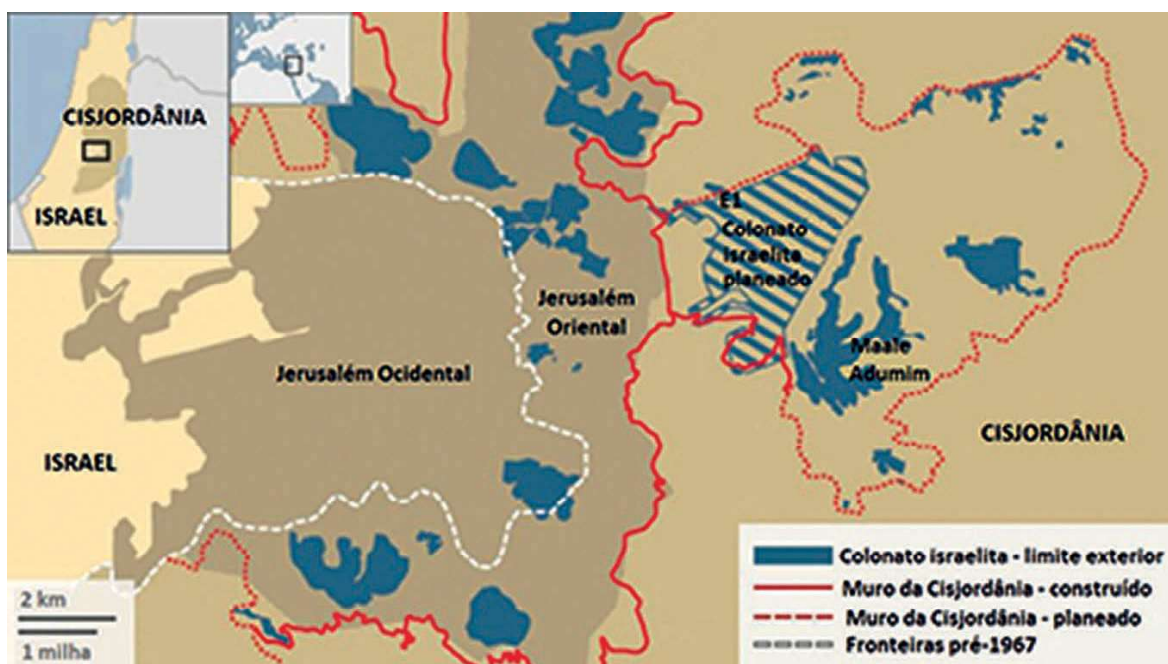
*Nas zonas urbanas, como em Jerusalém, Belém, Ramala, Qalqiliyah e Tulkarm, o Muro é construído em betão. Com uma altura de 8 a 9 metros e 3 metros de largura, tem torres de vigia e é flanqueado por uma «zona de protecção» com 30 a 100 metros de largura. Nas zonas rurais, o Muro consiste numa vedação de arame com sensores electrónicos, ladeada por estradas, valas e cercas de arame farpado, atingindo no total os 60 m de largura.*

Trinta e duas comunidades palestinas, com um total de 11 000 habitantes, ficam isoladas entre o Muro e a Linha Verde. As crianças para irem à escola e os pais para irem trabalhar têm de passar diariamente por um posto de controlo israelita.

Mais de duas centenas de poços, nascentes e cisternas foram confiscados por Israel para benefício dos colonos ou foram destruídos na construção do Muro. Dos que restam, muitos são contaminados por efluentes dos colonatos.

Israel demoliu habitações palestinas para construir o Muro e continua a demolir habitações para expandir o Muro e os colonatos. Algumas habitações são demolidas porque, alegadamente, «estão muito próximas do Muro e representam um risco de segurança».

O Muro impede o acesso a cuidados de saúde a um terço dos habitantes de aldeias palestinas. Abu Dis dista apenas 5 km da Cidade Velha de Jerusalém, mas uma ambulância que levava dez minutos a chegar ao hospital mais próximo, agora, com o Muro, pode levar duas horas.



*O Plano E1 prevê a construção de um bloco de colonatos entre Jerusalém e o bloco de Ma'ale Adumim. A projectada extensão do Muro isola definitivamente Jerusalém Oriental do resto da Cisjordânia e interrompe a contiguidade territorial entre o Norte e o Sul. Como parte do plano, Israel já está a proceder à realocação forçada de comunidades beduínas que vivem há décadas na zona.*

Cerca de 100 000 palestinos trabalham em Israel ou nos colonatos. Como só têm uma autorização de trabalho diária, partem de madrugada e são obrigados a regressar no mesmo dia. A passagem pelos postos de controlo faz-se em condições desumanas e pode levar até três horas.

O Muro põe em risco o património natural palestino e os seus ecossistemas, separando espécies animais dos seus locais de alimentação e acasalamento e restringindo o acesso dos Palestinos para conservação ou fruição. Em contrapartida proliferam os colonatos, nada preocupados com a preservação da biodiversidade.

O impacte do Muro é particularmente perverso em Jerusalém, onde é por excelência o instrumento da anexação, do apartheid e da limpeza étnica dos Palestinos. No seu percurso de cerca de 200 km, o Muro serpenteia, dentro e fora dos limites do município israelita, de modo a anexar a Jerusalém o máximo de território e o mínimo de população palestina.

O Muro isola Jerusalém Oriental e interdita o acesso à maioria dos palestinos da Cisjordânia. Ficam-lhes assim vedados

cuidados médicos, ensino universitário, trabalho, relações familiares e sociais e locais de culto que estão localizados na capital.

Em 9 de Julho de 2004, respondendo a um pedido da Assembleia Geral da ONU, o Tribunal Internacional de Justiça emitiu um Parecer Consultivo em que considerou que a construção do Muro era contrária ao direito internacional e que Israel devia dismantelar o Muro e compensar os prejuízos causados. O Tribunal considerou que Israel tinha outros meios de garantir a sua segurança e que o Muro violava os direitos humanos dos Palestinos.

Inversamente, o Supremo Tribunal de Israel negou provimento a mais de centena e meia de petições que contestavam a legalidade da construção do Muro, aceitando o argumento do Estado de que a construção era temporária e exclusivamente motivada por razões de segurança e que «os danos causados aos Palestinos não eram desproporcionados».

Desde que se iniciou a construção do Muro, em 2002, tem-se assistido, um pouco por toda a Cisjordânia, a manifestações de resistência popular a que se têm juntado activistas de todo o mundo.

Ni'lin, Budrus, Nabi Saleh, Kafr Qaddoum, Beit Liqya, Beit Jala, Al Ma'sara, Al Walaja e muitas outras vilas e aldeias têm sido palco de protestos não violentos, que, não obstante, são reprimidos com brutalidade pelas forças israelitas, havendo a lamentar dezenas de mortos e milhares de feridos palestinos.